



ACÓRDÃO Nº 1084/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11568/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Civil - Prefeitura de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Sérgio Sahdo Meireles Junior - 13241, Amanda dos Santos Neves Gortari - OAB/AM 17302, Yuri Dantas Barroso - OAB/AM 4237, Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes - 4976, Alexandre Pena de Carvalho - OAB/AM 4208, Clotilde Miranda Monteiro de Castro - OAB/AM 8888, Carlos Edgar Tavares de Oliveira - OAB/AM 5910, Simone Rosado Maia Mendes - OAB/AM A666, Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM 12868 e Katiúscia Raika da Camara Elias - OAB/AM 5225.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM, DICOP e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2783/2023-MP/ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Civil - Prefeitura de Manaus. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto**, Secretário Municipal Chefe da Casa Civil, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade da **Sra. Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles**, Subsecretária Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002



ACÓRDÃO Nº 1084/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

– RITCE/AM;

- 10.3. Dar quitação ao Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto**, Secretário Municipal Chefe da Casa Civil, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE;
- 10.4. Dar quitação a Sra. Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles**, Subsecretária Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE;
- 10.5. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- 10.5.1.** A nota de empenho inicial nº 0033/2020, relativa ao 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2018 (Município de Manaus, através da Casa Civil e a empresa Millenium Locadora Ltda), tendo por objeto a prorrogação de prazo de vigência do ajuste original por mais 12 meses, para os serviços de locação de 09 veículos automotores tipo “passeio”, não encontra-se no valor total da despesa, na modalidade global, correspondente a data de início dos serviços até o final do exercício;
- 10.5.2.** A nota de empenho inicial nº 0187/2020, relativa ao Termo de Contrato nº 001/2020 (Município de Manaus, através da Casa Civil e a empresa Norte Serviços Médicos Ltda), tendo por objeto a contratação da prestação de serviços de limpeza e conservação, com disponibilização de mão-de-obra e materiais, não encontra-se no valor total da despesa, na modalidade global, correspondente a data de início dos serviços até o final do exercício;
- 10.5.3.** A nota de empenho inicial nº 0401/2020, relativa ao Termo de Contrato nº 004/2020 (Município de Manaus, através da Casa Civil e a empresa Reche Galdeano & CIA Ltda-EPP), tendo por objeto a contratação da prestação dos serviços de locação de 01 (um) veículo automotor, popular, sedan, motor 1.3, entre outras



ACÓRDÃO Nº 1084/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

características, não encontra-se no valor total da despesa, na modalidade global, correspondente a data de início dos serviços até o final do exercício;

10.5.4. A nota de empenho inicial nº 0624/2020, relativa ao Termo de Contrato nº 009/2020 (Município de Manaus, através da Casa Civil e a empresa D E C Master Serviços Eirelli), tendo por objeto a contratação da prestação dos serviços limpeza, desinfecção, higienização e conservação, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, não encontra-se no valor total da despesa, na modalidade global, correspondente a data de início dos serviços até o final do exercício;

10.5.5. Ausência de justificativa para o gasto total com folha de pagamento da Casa Civil ao longo do exercício de 2020, no valor de R\$ 36.797.687,10, correspondente a 90,31% do Orçamento autorizado para o referido ano (R\$ 40.745.530,80), bem acima do limite estipulado pela Lei 101/2000-LRF.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Junho de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral